

Psicologia e as tramas do social no contemporâneo

Psychology and the Woofs of the Social in Contemporary

Jose Sterza Justo, Raphael Rodrigues Sanches, Adriano da Silva Rozendo

Resumo

Ao longo do seu desenvolvimento como ciência moderna, a psicologia realizou inserções sociais diversas, ora assumindo uma feição crítica e contestadora, ora assumindo posições e papéis conservadores, alinhados a forças dominantes e a poderes estabelecidos. Contudo, se em outros tempos era mais simples identificar tais posicionamentos políticos e funções sociais, hoje a complexidade do panorama sócio-político assim como dos conhecimentos científicos e das práticas profissionais tornam essa tarefa bastante difícil, contudo necessária. O presente artigo se propõe a examinar os lugares e as funções sociais da psicologia, tentando compreendê-la no emaranhado das tramas sociais nas quais é envolvida e ajuda construir, muitas vezes, como protagonista principal. Para tanto, são realizadas análises de alianças e articulações recentes da psicologia com o Estado e suas políticas de governo, baseadas em autores e teorias que tratam criticamente das formas de constituição do sujeito e de produção de subjetividade.

Palavras-chave

Psicologia; sociedade; contemporâneo.

Abstract

Along its development, the psychology realized different social insertions, sometimes assuming a critical form sometimes the reverse, assuming positions and conservative papers aligned to dominant strength. Nevertheless, if in other times it was simple to identify such political posture and social functions, today the complexity of the social view as well the scientific knowledges and the professional practices makes this exercise very difficult, but necessary. The present article is proposed to examine the places and the social functions of the psychology, trying to understand it in the tangle of the social woofs in which it is wrapped and helps to build, many times, as principal protagonist. For this, there are made analyses of alliances and recent articulations of the psychology with the State and the government policies, based on authors and theories that negotiate critically in the forms of constitution of the subject and the production of subjectivity.

Keywords

Psychology; society; contemporary.

José Sterza Justo

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Psicólogo, doutor em Psicologia Social, livre docente em Psicologia do Desenvolvimento Humano, docente do curso de Psicologia (graduação e pós-graduação) da Universidade Estadual Paulista (Assis).

sterzajusto@yahoo.com.br

Raphael Rodrigues Sanches

Universidade Federal de Mato Grosso

Psicólogo, Mestre em Psicologia e Sociologia pela Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista, Professor de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso.

sanchespsi@yahoo.com.br

Adriano da Silva Rozendo

Universidade Federal de Mato Grosso

Psicólogo, Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista, Professor de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso.

sanchespsi@yahoo.com.br

Psicologia e o cenário político contemporâneo

Mais do que nunca faz sentido interrogar a função social da psicologia ou o papel que essa ciência vem exercendo na construção do homem e do seu mundo. Firmada no auge da modernidade como uma especialidade do saber científico e como campo de exercício profissional, a psicologia foi conquistando aos poucos sua presença no cenário da sociedade, ora vista como grande aliada do capital e das forças de dominação, ora vista como ciência alinhada a forças progressistas ou revolucionárias.

A grande expansão das ciências “psi” não foi ignorada por uma das grandes personagens que participaram de tal proeza. Numa de suas palestras Freud teria sido profético ao prever a expansão das ciências e serviços “psi” comentando, claro, o futuro da psicanálise. Conforme relata Pedrosa (1992, p. 152), Ballint, um médico Húngaro, ao assistir a uma palestra proferida por Freud, em 1918, na cidade de Budapest, ficou impressionado com uma de suas previsões:

naquela ocasião Freud disse que chegaria ainda o dia em que a Psicanálise alcançaria todo indivíduo que necessidade de cuidados, pois seria direito dos homens o acesso a esse tipo de tratamento (nervoso), assim como o de qualquer outra afecção, e que os médicos deveriam estar preparados para isso.

É bastante conhecida também a imagem da psicanálise como uma força de contágio perturbador, criada por Freud em um dos seus diálogos com Jung, quando estavam em viagem aos EUA e Freud teria dito que estavam levando a “peste” à América. De fato, a “peste *psi*” se alastrou para bem mais além até da América do Norte, no entanto, não exatamente com o sentido que previa seu criador. A própria psicanálise esteve às voltas com sua inserção social, em várias partes do mundo, oscilando entre alinhamentos com hegemonias estabelecidas e posicionamentos contra hegemônicos. Indubitavelmente, Reich (1976) foi um psicanalista que acreditava no caráter revolucionário da psicanálise e, na sua fase europeia, lançou-se ativamente a teorizações e práticas psicanalíticas que, junto com os ensinamentos marxistas, julgava indispensáveis para a revolução socialista.

Se em outros tempos a psicologia era tida como ciência elitizada voltada para a produção de conhecimentos e de serviços sofisticados dirigidos às camadas abastadas da sociedade e às grandes corporações, hoje é considerada uma auxiliar indispensável para a solução dos problemas sociais mais candentes que explodem nas camadas populares, entre a população de baixa renda. Na verdade a psicologia está disseminada no corpo social mediante seus equipamentos próprios ou instalada como coadjuvante nos equipamentos e serviços de outras especialidades como a dos educadores, médicos, administradores, advogados, juízes, assistentes sociais e tantos outros.

No Brasil, particularmente, a expansão da psicologia é historicamente muito recente, se considerarmos como ponto de partida a regulamentação da profissão e o estabelecimento do currículo mínimo dos cursos de Formação de Psicólogos, ocorridos em 1962 (PEREIRA; PEREIRA NETO, 2003). Mesmo após a regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil a profissão permaneceu restrita, durante bastante tempo, a poucos bolsões do país. As grandes cidades, praticamente, concentravam os cursos e os profissionais, fazendo da psicologia uma profissão cosmopolita. A partir da década de 1980, aproximadamente, inicia-se um arranque da psicologia brasileira para cidades e regiões mais afastadas dos grandes centros econômicos e científicos do país, paralelamente à ampliação de seus serviços e a sua maior participação nos debates dos problemas do país

(MACEDO; DIMENSTEIN, 2011). Rapidamente a psicologia e o psicólogo vão tomando lugar, ainda que como ilustres desconhecidos, na paisagem das pequenas cidades pela via dos serviços públicos que passam a contratar psicólogos ou de outros serviços como a avaliação psicológica para obtenção de carteira de motorista. Não demorou muito para que o consultório de psicólogos – signo maior da profissão – passasse a integrar e fazer parte, de forma inalienável, da paisagem das médias e pequenas cidades. Também não tardou para que os cursos de Formação de Psicólogos migrassem maciçamente para o interior (LISBOA; BARBOSA, 2009).

O que interessa assinalar nesse movimento de expansão da psicologia por todo o país é que isso não foi um fenômeno nacional, mas sim, acompanhou toda uma tendência, pelo menos do mundo ocidental, em deslocar as questões do homem da esfera econômica, social e política para a esfera psicológica.

Lipovetsky (1989) expõe detalhadamente tal deslocamento ao destacar o processo de personalização que avançou na modernização, substituindo estratégias repressivas, coercitivas, disciplinares e de confronto, assentadas em racionalizações e mecanismos de gestão de coletivos, por estratégias de adesão, assentimento e parceria, baseadas em mecanismos de cooptação individual que atuam no plano psicológico, sobretudo, como apelos de sedução. Segundo o próprio autor,

É assim que opera o processo de personalização, novo modo de a sociedade se organizar e se orientar, novo modo de gerir os comportamentos, já não através da tirania dos pormenores, mas com o mínimo possível de coação e o máximo possível de opções, com o mínimo de austeridade e o máximo de desejo, com o mínimo de constrangimento e o máximo de compreensão. Processo de personalização, com efeito, na medida em que as instituições doravante se fixam nas motivações e nos desejos, incitam à participação, organizam os tempos livres e as distrações, manifestam uma mesma tendência no sentido da humanização, da diversificação, da psicologização das modalidades de socialização: depois da domesticação autoritária e mecânica, o regime homeopático e cibernético; depois da administração injuntiva, a programação opcional, a pedido (LIPOVETSKY, 1989, p. 2).

Com efeito, a refutação de aspectos estritamente psicológicos para se explicar as agruras do homem, que já foi uma tendência bastante comum dentro das ciências sociais, tende hoje a ceder para a postura oposta. Em vez de ser rechaçada, a psicologia é convocada a explicar fenômenos coletivos e a solucionar problemas que antes eram circunscritos ao campo da medicina, da educação, da sociologia, da economia, da política e assim por diante. O que era criticado como “psicologização”, ou seja, como tentativas de se buscar na psicologia explicações para o que se considerava supostamente como problemas de origem estritamente social, atualmente é aceito, legitimado e amplamente praticado. É possível observar uma grande aliança entre a psicologia e a sociologia, até com certa prevalência da primeira, por exemplo, como ocorre nas abordagens autointituladas “Psicossociologia” ou “Sociologia Clínica” (ARAÚJO; CARRETEIRO, 2001; MACHADO; CASTRO; ARAÚJO; ROEDEL, 2001). O próprio modelo de Atenção Psicossocial, que se espalha nos serviços públicos de saúde e é celebrado como um dos grandes avanços da psicologia clínica e como alternativa ao modelo manicomial, é outra grande mostra do avanço da psicologia no campo social. A recente presença da psicologia no Sistema Único da Assistência Social (SUAS) é uma clara demonstração da capilaridade que a psicologia está obtendo no tecido social, vascularizando e gerindo fluxos de vida nos espaços mais distantes e microscópicos dos relacionamentos humanos.

Junto com as práticas do psicólogo caminham a passos largos os discursos “psi”, amplamente difundidos nos meios de comunicação.

Frequentemente se vê os próprios psicólogos ou outros profissionais em entrevistas a telejornais e demais programas de rádio e televisão, desfiando argumentos psicológicos para os mais diferentes problemas e acontecimentos sociais, sempre revestidos pela aura do incontestável saber técnico-científico.

Não é demasiado acentuar que o homem atual é um “*homo psicologicus*”, a saber, que se defronta primordialmente com problemas de ordem psicológica. Se há pouco tempo razões psicológicas eram completamente desconhecidas e dificilmente evocadas para explicar um problema, uma doença, um mal-estar ou outro tipo de desconforto, hoje, elas são copiosamente cogitadas para todo tipo de diagnóstico: desde uma doença orgânica até o desvendamento de um assassinato. Até mesmo a pessoa comum já incluiu a psicologia em suas especulações sobre os enigmas da vida. No lugar das antigas crenças em maldições, feitiços, desejos de entidades malignas e de tantas outras razões que buscavam para entender e lidar com infortúnios e agruras da vida, atualmente não é raro se buscar a ajuda de psicólogo ou se submeter a ele em algum serviço público ou em “projetos” que grassam junto às populações pobres.

A ascensão do discurso e das práticas “*psi*” chegou a ser exaltada como um grande feito, conforme pode ser visto na seguinte passagem de um texto de uma renomada psicanalista: “O século XIX foi realmente o século da psiquiatria, e se o século XX foi o da psicanálise, podemos perguntar-nos se o próximo não será o século das psicoterapias” (ROUDINESCO, 2000, p. 53). Quiçá a história acabará respondendo afirmativamente a essa pergunta tendo em vista a forte presença, já no início deste século das figuras do “sofrimento psíquico”, do “Mal-estar”, do “Hedonismo”, do “narcisismo” e de tantas outras que colocam no centro do cenário social o discurso “*psi*” e chamam as soluções dos problemas atuais para esse campo. Quiçá, em vez de todos serem trancafiados num manicômio, como fez o célebre personagem Simão Bacamarte, do romance *Alienista*, de Machado de Assis, acabem sendo tratados em meio aberto, por psicoterapias oferecidas em consultórios particulares ou gratuitamente nos serviços públicos de saúde.

Se o homem já se representou como servo e fiel devoto de Deus e de grandes Senhores, na terra, resignado à vontade soberana desses seus grandes Pais; se o homem também já se representou, inversamente, como dono de si mesmo e todo poderoso condutor de sua história, tal como ocorreu no período áureo da modernidade, marcado por grandes revoluções, hoje se vê, em grande parte, entregue às mazelas da vida que entende como sendo desencadeadas por conflitos psicológicos, dramas afetivos, destemperos emocionais, arroubos de violência, gestos impensados e assim por diante, situados no plano individual. Resumindo, se o homem já se construiu como servo de Deus e de entidades divinas e fez de orações, cultos religiosos e práticas de magia a busca de solução para seus males; se ele já se viu como produtor do seu próprio mundo e atribuiu às relações entre os próprios homens as causas de seus infortúnios e buscou nas lutas revolucionárias resolver suas agruras, atualmente ele tende a se perceber como um impotente fracassado, um incompetente ou um “zé ninguém” invisível que atribui a si mesmo seus sofrimentos e busca nas especialidades “*psi*” como a psicologia e a psiquiatria a solução individual para seus males. É preciso também acrescentar que por essa mesma razão as religiões estão ocupando um espaço e funções semelhantes às da ciência “*psi*”. Aliás, a própria religião busca na psicologia inspirações e instrumentais para levar adiante seus propósitos com maior eficiência e eficácia, tentando construir uma aliança estratégica, embora ainda sem muito interesse da outra parte.

Portanto, o “animal social” de outrora passou a ser um “animal psicológico” na atualidade, junto com o resgate de sua “animalidade religiosa”. Cabe esclarecer que o uso da palavra “animal” aqui joga sim com o sentido tradicional e comum de um ser primitivo em processo de

“civilização”, mas também pretende evocar o sentido etimológico dessa palavra, ou seja, animal como portador de “anima” (do Latim: “alma, sopro, respiração”). Dessa forma, queremos então dizer que o “sopro” humano que já foi entendido como sendo proveniente de Deus e da Sociedade, agora também é entendido como sendo proveniente de uma interioridade individual, formada por desejos, afetos, conflitos emocionais e assim por diante.

Mas, talvez, o homem psicológico já esteja em declínio e no seu lugar outra figura possa estar se despontando com mais vigor. Os avanços da tecnologia estão transformando substancialmente o mundo e próprio homem, gerando preocupações e leituras diversas sobre os rumos da humanidade.

Há, de fato, uma certa substituição do *homo psicologicus* pelo *homo comportamentalis*, uma diminuição do espaço da subjetividade e um avanço tecnológico e farmacológico que pretendem regular antigas e novas formas de sofrimento, atuando prevalentemente, quanto não exclusivamente, sobre o físico, o biológico, o neurofisiológico (MATTEO, 2003, p. 7).

Radicalizando ainda mais essa vertente de análise, poderíamos acrescentar que o próprio *homo comportamentalis* está sendo superado, ou melhor, poderíamos cogitar que o próprio homem, como tal, já estaria sendo descartado e substituído por formas não humanas muito mais eficientes para as configurações atuais do mundo. O corpo e o próprio estado orgânico estariam se tornando obsoletos, resultando disso uma configuração de mundo pós-orgânica (SIBILIA, 2003) ou mesmo pós-humana e transumana (SANTOS, 2008).

Ainda que não estejamos à beira do apocalipse do humano, não podemos ignorar o enfraquecimento da antiga figura do sujeito, não somente no plano das transformações sociais, como também no plano das produções mundanas. Cada vez mais o sujeito se torna servo das tecnologias, sendo levado a abdicar de seu saber/poder para se sujeitar aos saberes especializados e às suas máquinas e procedimentos miraculosos. Conforme destaca Adorno e Horkheimer (1991), a racionalidade técnica assume o poder, comanda a vida e coloca o sujeito e a produção de subjetividade sob forte controle e dominação.

Esse *homo comportamentalis* dessubjetivado, descentrado como sujeito ou até em franca extinção, pode também ser visualizado na figura do homem sobrevivente ou do *homo sacer*, discutida por Agamben (2002, 2008). Prolongando as análises de Foucault, ele assinala, com bastante propriedade, que a lógica do poder, na atualidade, não se pauta mais pelo mando da morte ou a da vida, mas sim por uma manutenção da vida entre um estado intermediário: “(...) o biopoder contemporâneo já não se incumbe de fazer viver, nem de fazer morrer, mas de fazer sobreviver” (GREINER; AMORIM, 2007, p.24). O sobrevivente, o morto vivo ou o cadáver insepulto parecem figuras mais apropriadas para se retratar o homem contemporâneo.

Diante de um quadro tão complexo e intrigante, cabe a nós, psicólogos, interrogar radicalmente a psicologia, mediante a interpelação impiedosa de nossos fazeres e conhecimentos, no sentido de tentar saber deles o que pretendem do homem e do seu mundo. Esse é o objetivo do presente artigo. Colocar radicalmente em questão a psicologia, como ciência e profissão, procurando rastrear seus sentidos diversos concernentes à maneira como opera no mundo e às feições que auxilia a criar para o homem.

Psicologia e o cenário político contemporâneo

O conjunto das teorias e práticas “*psi*” no Brasil, incluindo as da própria psicanálise, podem ser tomadas, quanto à sua inserção social, tanto na vertente de alinhamentos à ordem social, política e econômica estabelecidas, quanto na vertente de resistência e transformação social. Podemos considerar como uma psicologia conservadora e alinhada aos poderes e estratégias de dominação desde aquela praticada sob o signo de uma aparência politicamente inofensiva ou pretensamente neutra, como nos atendimentos clínicos, psicodiagnósticos, atendimentos a dificuldades de aprendizagem escolar e assim por diante, até aquelas práticas escancaradas de apoio a posturas ideológicas de regimes ditatoriais ou de legitimação de preconceitos tais como aquelas que tratam como doença ou que criminalizam formas de existência de minorias sociais. Ao lado de uma psicologia conservadora, talvez majoritária na história da psicologia brasileira, podemos localizar uma psicologia, no conjunto de práticas *psi*, de índole progressista, crítica, insurgente, contestadora ou revolucionária. Apenas para citar alguns exemplos, poderíamos mencionar, nessa linha, de maneira geral, a chamada psicologia comunitária, da década de 70/80 envolvida com movimentos sociais e interessada em mudar condições de pobreza e dominação entendidas como base dos problemas psicológicos.

No entanto, a fase do debate de uma psicologia social conservadora/engajada ou disruptiva/revolucionária se coadunava com o período da modernidade marcado pelos signos de “mudança”, “inovação”, “revolução” e outros que traziam à tona a ideia de conflito, oposição, luta, confronto, enfim, uma época que propagava a imagem de um mundo em ebulição, tomado por embates de todo tipo: embates políticos-ideológicos; embates entre patrões e empregados como se viu em tantas greves históricas, inclusive, com mortes como ocorreu na célebre greve de Chicago, em 1886, que foi tomada como emblema para a celebração mundial do dia do trabalho; embates culturais como aqueles travados pelos modernistas ou, mais adiante, como se pode observar no movimento da contracultura; embates de gênero e gerações, como aqueles que ocorreram no movimento feminista da década de 1960 ou no ressurgimento da velhice, na década de 1980 e assim por diante.

Porém, não podemos deixar de ponderar que, nos fins do século XX, mudanças econômicas, políticas, sociais, culturais e psicológicas transformaram radicalmente o cenário do mundo. Dentre elas, cabe mencionar, para os propósitos deste artigo, justamente aquela que passou a substituir, no plano da subjetividade, as imagens de conflito por imagens de harmonia, paz, coexistência entre os diferentes, tolerância, dentre outras. Não que conflitos, divergências e beligerâncias tenham sumido do mapa da humanidade, mas sim que deixaram de serem apreciadas como um valor a ser cultivado, como algo positivo para o desenvolvimento do homem, tal como eram vistos no auge da modernidade.

O panorama social da atualidade não põe em evidência e não cultiva a noção de conflito, de luta, de guerra ou de destruição. A despeito da presença da violência nos espaços micropolíticos, no cenário das cidades e de confrontos beligerantes ainda existentes entre nações e governos, o que diferencia a situação atual da anterior, quanto à noção de conflito, é que hoje as imagens e ideias referidas a confrontos, oposições, lutas, guerras, atritos e assim por diante são repudiadas. A própria lógica dialética entrou em declínio por pressupor um mundo assentado em contradições, em forças contrapostas que se negavam mutuamente e procuram se destruir uma à outra.

A sociedade da democracia, do diálogo, do entendimento, da convivência entre diferentes se constrói sob o signo da domesticação, tanto

pelo aumento da capacidade recursiva do capitalismo, absorvendo e colocando ao seu favor forças adversárias, como pela enorme sedução do mercado, inibidora de qualquer insurgência. A ciência e a tecnologia contribuem significativamente para a construção de um mundo *diet/light* no qual as substâncias tidas como hostis e nocivas são desarmadas e enfraquecidas em suas essências. A psicologia, particularmente, participa ativamente da produção da quietude social ao tomar como objeto e procurar dar vazão justamente aos desdobramentos mais cruéis das condições políticas, econômicas e sociais vividas no cotidiano. Para a psicologia, ademais para as outras ciências, profissões e para a sociedade como um todo, não se trata mais de “fazer a revolução”, mas tão somente de realizar uma autêntica política de “redução de danos”, minimizando efeitos mais agudos e crueldades maiores da vida em sociedade, tal como está constituída. A despeito da existência de focos de resistência “*psi*”, tais como aqueles derivados das psicologias fundadas sobre o ideário marxista, não podemos nos furtar a vislumbrar a materialidade das práticas psicológicas institucionalizadas pelo Estado e as oferecidas pela iniciativa privada, como afeiçoadas mais a uma ideologia “reformista” do que propriamente revolucionária. Não seria despropositado dizer que, em linhas gerais, as práticas “*psi*” acompanharam as transformações sociais das últimas décadas, adequando-se em sua multiplicidade ao paradigma do controle, conforme foi definido por Deleuze (1992).

Tudo isso sob a batuta da racionalidade técnica que, mesmo reconhecendo as consequências trágicas de certas políticas e medidas de governo, tais como aquelas que sabidamente provocam desemprego ou aquelas que devastam populações, ainda assim, conseguem impor tais decisões sob o argumento de que são medidas inevitáveis, tomadas por critérios eminentemente “racionais”, acima de qualquer vontade ou sentimento humanos. Como último argumento, tentam demonstrar, por infalíveis cálculos, que o sacrifício é necessário para os benefícios posteriores.

Importa entender como a desumanização do mundo se processa e qual a participação da psicologia nesse processo.

A psicologia e o social: tramas da realidade

Partindo da definição do social em sentido lato, a saber, de redes de instituições (entidades abstratas que se formalizam em leis, normas, práticas, organizações, etc.) que se articulam para gerir a vida e as relações humanas em sua totalidade (BAREMBLITT, 1998), podemos dizer que o “social” é o campo de atuação de diversos atores políticos, econômicos, científicos. Nesta teia circulam, concomitantemente, diversos saberes, funções, ideologias e tantos outros elementos, nos seus respectivos espaços e cruzamentos. É neste campo que a divisão de classes se efetiva, se evidência e se oculta, por meio de discursos ideológicos e de procedimentos disciplinares, normativos, alguns mais, outros menos aparentes. É onde ocorrem relações entre sujeitos, conscientes ou não, entre atores, protagonistas e figurantes, que assumem suas funções e instituem processos de dominação, docilização, resistência, transformação, de ruptura e continuidade.

É no campo social que se estabelecem as relações macroestruturais de trabalho, exploração, expropriação, mais valia e controle super e infra-estrutural, tal como descreve Marx (1982). É neste mesmo campo, que se efetiva a micropolítica (FOUCAULT, 1999) concretizada nas relações entre os pares e nas pequenas grupalidades, onde se propagam as prescrições, as normas, a ordem e a desordem, o programado e o inusitado. É nele onde

podemos visualizar uma verdadeira divisão de papéis e funções sociais, que se espraiam na seara do trabalho, do ensino, da família e de tantos outros palcos da vida.

Três elementos chave, que se relacionam intimamente na sociedade, merecem aqui uma melhor conceituação. Estamos nos referindo à população, ao Estado e a ciência.

De acordo com Foucault (1999), o termo população designa o sujeito-objeto coletivo, ou agrupamento de pessoas arregimentadas e administradas de acordo com interesses políticos e econômicos. Conforme o autor, a formação de populações teria origem na criação dos Estados modernos que passaram a demarcar fronteiras geográficas estabelecidas como estratégia de arregimentação de corpos para a formação de potências econômicas e políticas. Sobre ela, os Estados modernos iriam estabelecer estratégias e práticas de gestão, tendo como marco inaugural as políticas de saúde e vigilância médica, datadas do século XVIII, quando na Alemanha mercantilista, investiu-se sobre o cuidado do corpo dos trabalhadores, buscando majorar a força de trabalho. Desta forma, a população seria a mola propulsora da economia-política moderna, responsável por sua produção, manutenção e continuidade do capital. Em suma, pode-se considerá-la como um todo ordenado e gerenciado por interesses que lhes são, muitas vezes, alheios; um elemento que condiciona todos os outros, princípio fundamental do poder e da riqueza do Estado.

Segundo Engels (2002), a constituição do Estado decorre de um conflito de interesses entre os detentores e os despossuídos da propriedade privada, sendo esta última a responsável direta por sua formação. Segundo o referido autor, o Estado se encarrega de gerir os interesses das classes dominantes a serviço dos detentores dos modos de produção: a burguesia. Em uma célebre frase publicada no *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels (2002, p. 5) chegam a denominar o Estado como um “comitê burguês”. Desta forma, tomamos mão aqui, da noção de Estado como um mecanismo de gestão de pessoas, das contradições que se espraiam no campo social; emissário e apêndice das classes dominantes e do sistema capitalista.

Em uma análise histórica que parte dos ensinamentos de Nietzsche, Foucault (2004) compreende o saber e a ciência como formas de dominação que se efetivam no social. É a partir dos discursos científicos, sejam eles emanados das ciências humanas, biológicas ou exatas, que se estrutura todo um receituário que recai sobre a vida. Seja a partir da pedagogia que discursa sobre a educação, seja a partir da medicina que prescreve receitas de bem viver, ou das ciências tecnológicas que ditam o rumo do desenvolvimento do capital, a vida no seu todo acaba seguindo as tendências e saberes propagados pela ciência. Sendo assim, a ciência seria outra representante, no campo social, dos interesses dominantes, empenhados pelo Estado e a grande burguesia.

É exatamente no picadeiro científico que se assenta a psicologia, como uma ciência multidisciplinar que, dentre suas linhas de pensamento, transita entre os saberes biológicos e sociais. A Psicologia, juntamente com a sociologia e outros saberes sociológicos, se elevaram ao status científico ainda na modernidade. As ciências sociais modernas buscavam dar base para constituição de um corpo social regulado, assim como para a construção do modelo do homem burguês almejado pela modernidade. Este novo homem tinha como base subjetiva o controle das paixões, o governo de si, a razão. O projeto da modernidade arquitetado pela burguesia e Estado, alicerçados pela ciência, tinha como fim a garantia da vida e da propriedade privada, o domínio do trabalho e dos modos de produção que se erigiam. Os projetos urbanísticos e a política higienista, efetivados no período em questão, retratam bem o ímpeto regulador e a aliança firmada entre Estado, burguesia e ciência no governo e controle de populações.

Por essa perspectiva podemos entender que existe um eixo formado entre as classes dominantes, o Estado e a ciência, que incide sobre a população no sentido de arregimentá-la e controlá-la. A perspectiva foucaultiana é importante e precisa ser considerada quando interrogamos as relações entre a psicologia e o social porque ela possibilita olhares e leituras atentas dos discursos e políticas de Estado em suas conexões com conhecimentos e práticas da psicologia, que permitem questionar visões e posturas ingênuas que as tomam como benfeitoras orientadas para um estado de bem estar social, tal como usualmente essa ciência e suas práticas são compreendidas pelo imaginário coletivo.

Psicologia e a biopolítica

Foucault foi um pensador bastante dedicado ao exame das tramas que se formaram nos enlaces da ciência com o Estado para a gestão de populações. É justamente nesta aliança entre governo e saberes científicos que a psicologia alinha seus saberes aos interesses do Estado, colocando-se a serviço da ordenação e controle de populações, conforme será abordado a seguir. Neste sentido, um conceito chave trabalhado pelo referido autor, que merece destaque, é o de biopoder.

Apesar da complexidade que envolve a noção de biopoder, podemos resumi-la como o cruzamento entre os saberes científicos e as ações coordenadas de Estado e mercado centrado no corpo dos indivíduos. Daí surge uma divisão, de cunho administrativo, de distintos grupos bioidentitários, sobre os quais incidem a biopolítica. Cada um destes grupos bioidentitários é objeto de produção de saberes específicos, leis específicas, políticas públicas específicas, produtos específicos, dentre tantas outras especialidades. Tomaremos aqui o exemplo da velhice, para deixar mais claro do que se trata um grupo bioidentitário. Sobre a velhice existem saberes especializados, sobretudo aqueles difundidos pela geriatria e pela gerontologia. Existem leis específicas catalogadas na “legislação do idoso”, tais como a “Política Nacional do Idoso” e o “Estatuto do Idoso”. Recai ainda sobre a velhice políticas públicas específicas, como as universidades abertas à terceira idade, os grupos e centros de convivência, os asilos de velhos, atenções à saúde do idoso e tantos outros serviços, programas e projetos capitaneados pelo governo e pela iniciativa privada. Não bastassem tantas especificidades, agem ainda sobre a velhice os interesses de mercado, que lhes produzem produtos específicos, tais como as linhas de crédito, pacotes de viagens, medicamentos e uma verdadeira miscelânea de mercadorias e serviços. Poderíamos citar aqui outros exemplos como os da infância, dos portadores de necessidades especiais, dos grupos étnicos e assim por diante, porém, tomaria muito do nosso tempo e tiraria o foco do nosso trabalho.

As estratégias de biopoder teriam sido iniciadas ainda nos séculos XVII e XVIII, mas se refinariam e galgariam maiores proporções com o advento do Estado de Bem-estar keynesiano, especialmente com as políticas de seguridade social angariadas pelos Estados neoliberais. Segundo Foucault (2008), a seguridade social é uma estratégia de controle que visa suprir os mínimos vitais àquela parcela da população que por um período temporário ou vitalício, não possui meios de suprir sua subsistência, constituindo-se, desta forma, como um mecanismo de segurança, responsável pela ordem e controle social.

No caso do Brasil, a política de seguridade é dividida em três eixos, denominado “tripé da seguridade” (BRASIL, 1988). São eles as políticas de saúde, de assistência e previdência social. É justamente nestas políticas que se mais se concentram o campo de atuação dos psicólogos que ingressam no

serviço público, mais especificamente nas áreas de saúde e assistência, que terão aqui maior atenção.

Psicologia política e gestão do social

A profissão do psicólogo no Brasil é regulada pelo Conselho Federal de Psicologia e seus afiliados estão distribuídos por diversas regiões do país. É tamanha a vinculação entre a psicologia e as políticas de Estado que o referido órgão criou, em 2006, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Política Pública – CREPOP. O referido órgão tem como objetivo regular, referenciar e ampliar a atuação dos psicólogos junto às políticas públicas. Para tanto, o CREPOP publicou documentos de referência de atuação dos psicólogos em diversas áreas, sendo eles intitulados: “Referências técnicas para atuação dos psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação”; “Referências técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) nos programas de DST e AIDS”; “Serviço de proteção especial a crianças e adolescentes, vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias: referências para atuação do psicólogo”; “Referências técnicas para a atuação do psicólogo em varas da família”; “Referências técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS”; “Saúde do trabalhador no âmbito da saúde pública: Referências para a atuação do(a) psicólogo(a)”. A existência do CREPOP por meio do CFP escancara a afinidade da psicologia com as políticas públicas de Estado, campo fértil para a atuação dos profissionais da área.

Os documentos supracitados evidenciam a vinculação da psicologia com as políticas de segurança governamentais, voltadas aos menores infratores, portadores de doenças infectocontagiosas, famílias em conflito com a lei ou em situação de risco social, aos trabalhadores, enfim, à pobreza em geral. Desta forma, o órgão de representação maior da categoria profissional une seus esforços às políticas públicas de controle e vigilância populacional.

Conforme as normativas do Conselho, podemos visualizar que os estratos bioidentitários (pobreza, menores infratores, portadores de doenças, trabalhadores, etc.) são avalizados pelo próprio conhecimento produzido pela psicologia, que o aplica na prática, alinhando-se à biopolítica exercida pelo neoliberalismo.

Outro importante espaço de atuação da psicologia na contemporaneidade foi criado recentemente. Trata-se do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, instituição espalhada por diversos municípios do país. O público alvo dos CRAS é a população em situação de vulnerabilidade social, sobretudo, em situação de pobreza. As famílias mais carentes recebem auxílios financeiros do governo, dentre eles, o chamado “bolsa família”. Dentre as diversas ações desenvolvidas pelos CRAS destacam-se aquelas voltadas para a promoção da autonomia do usuário através do exercício da cidadania. Tal empreita é delegada principalmente aos assistentes sociais e psicólogos lotados nestas instituições. Segundo o CREPOP, no documento de referência de atuação dos psicólogos nos CRAS, o profissional de psicologia deve ter: “uma atuação comprometida com a promoção de direitos, de cidadania, da saúde, com a promoção da vida e que leve em conta o contexto no qual vive a população referenciada pelos CRAS” (CREPOP, 2007, p. 18). O suporte teórico e a tecnologia de tal normatização derivam da Psicologia Social, da Psicologia Comunitária, da Psicologia do Desenvolvimento, da Psicologia Institucional, dentre outras, tendo como referência autores como Sílvia Lane, Martín Baró, Sawaia e vários outros.

Nos dizeres do CREPOP se alinham referenciais teóricos críticos da Psicologia Social com práticas neoliberais de gestão de pessoas

compondo um questionável discurso de participação e controle social sobre a vida pública. O controle democrático prometido por tais políticas, na verdade, assume um sentido inverso no plano real, pois, na prática o controle é exercido de forma vertical sobre a pobreza, que recebe como dádiva participativa a “cidadania tutelada” (DEMO, 1995). Dessa forma, a atuação de considerável parcela dos psicólogos atende aos interesses do Estado, contribuindo assim para a gestão dos riscos sociais.

A estreita aliança entre a psicologia e Estado, no conjunto da grande aliança entre ciência e Estado Moderno, é firmada e levada a cabo pelos Conselhos de Psicologia tanto na esfera nacional, pela figura maior do Conselho Federal de Psicologia, como nas esferas regionais e estaduais pela figura dos Conselhos regionais que cobrem todo o país. É inevitável constatar que a psicologia como ciência e profissão não se manteria sem os dispositivos jurídicos e legais que a impõem por todo o corpo social, assegurando aos psicólogos um naco do mercado de serviços. Não é exagero e nem descabido entender a imposição jurídica da exclusividade do exercício de certos serviços técnico-especializados, tais como esses reservados aos psicólogos e a tantas outras categorias profissionais, como uma violência social, aliás muito afeita ao Estado Moderno que também foi imposto a muitos povos e culturas, conforme expôs limpidamente Chomsky (2005) em entrevista. Disse ele:

[...] o ser nação na sua maneira moderna foi criado, em grande parte, na Europa, durante muitos séculos. É uma forma de organização tão pouco natural, e tão artificial, que teve de ser imposta através de uma extrema violência. De facto esta é a principal razão pela qual a Europa foi o lugar mais selvagem que o mundo conheceu durante séculos. Isto deveu-se ao facto de tentar impor o sistema obrigatório de ser nação sobre as culturas e as sociedades que eram diferentes, e que se pode considerar, não tinham uma relação com esta estrutura artificial.

Ao se estabelecer autoritariamente por todo o mundo, o Estado Moderno prosseguiu suas práticas arbitrárias e coercivas, dentre elas, edificando biopolíticas assentadas nos saberes e nas tecnologias científicas, elas próprias arranjadas hermeticamente nas corporações de profissionais. O saber e as práticas populares, bem como o senso comum, foram totalmente desqualificados e substituídos à força, mediante dispositivos legais, pelos saberes e tecnologias científicos. Qualquer prática caracterizada como de domínio exclusivo de uma dada categoria profissional, exercida sem a certificação dos Conselhos Profissionais é caracterizada como crime de exercício ilegal de profissão e está sujeita a penas severas.

A psicologia atual também se configura como uma tecnociência, conforme pode ser observado nos protocolos instituídos pelo Conselho Federal em várias áreas de atuação do psicólogo. A tecnociência é um meio bastante eficiente de assegurar a padronização de ações e de resultados almejados. A rigor ela dispensa ou recua ações singulares dos profissionais substituindo-os por prescrições e instrumentos que dessubjetivam o trabalho.

A tecnociência substitui o humano por máquinas e procedimentos inteiramente dessubjetivados. Acaba por produzir o homem-sobrevivente, mantido no estado mínimo de vida necessário para reproduzir e consumir obedientemente o que lhe é prescrito pelos saberes técnico-especializados, estes também arranjados em “sistemas peritos”, em “protocolos” que tornam o profissional um mero executor de tarefas.

Em certo sentido, podemos dizer que a psicologia, ou ao menos certas práticas *psí* ainda hegemônicas, as adaptacionistas, têm contribuído

sobremaneira para a construção de uma certa “política da sobrevivência”, de um sobrevivencialismo (PELBART, 2008), ou da manutenção da vida em seu estado despolitizado, da “vida nua” (AGAMBEN, 2002; 2008), ao invés de potencializar o caráter propriamente virulento da vida. Não se trata, em absoluto, de dizer que a psicologia colabora na instauração de estados de exceção *ad hoc*, nos quais a vida humana estaria desqualificada politicamente e valeria apenas em seu substrato orgânico (como, por exemplo, operava a antiga lógica manicomial). Pelo contrário, a psicologia gesta seu controle em pleno estado democrático de direito.

O controle comportamental implantado pelas práticas *psi* contemporâneas tem como paradigma ordenador os preceitos médicos biopolíticos que preconizam pela vida em sua extensão. Ainda que os discursos prezem pela qualidade de vida, esta é apenas obtida através do silenciar, ou ao menos da canalização das paixões das inquietudes, dos sofrimentos, dos prazeres: é preciso evitar, ou ao menos diminuir, os comportamentos de risco. Dessa forma, a psicologia estaria ajudando a cultivar formas de existência de pouca intensidade. Ou melhor, utilizando-nos das palavras de Peter Pál Pelbart (2008, p. 7), poderíamos dizer que a psicologia estaria contribuindo para esse verdadeiro

espetáculo anêmico da vida se arrastando como uma sombra de si mesma, nesse contexto biopolítico em que se almeja uma existência asséptica, indolor, prolongada ao máximo, onde até os prazeres são controlados e artificializados: café sem cafeína, cerveja sem álcool, sexo sem sexo...

Conclusão

Após a tentativa de se percorrer alguns poucos dos tantos meandros que se constituem na tessitura das relações da psicologia com o campo social, numa rápida mirada retrospectiva para a reorientação de outras prospecções, resta como única certeza o reconhecimento da importância dos caminhos percorridos e desse tipo de caminhada.

Não podemos nos contentar com o status que foi obtido pela psicologia que a coloca, hoje, como uma ciência e profissão proeminentes, no conjunto dos saberes e fazeres do contemporâneo. A expansão da psicologia e sua ostensiva presença no cenário social, se por um lado pode ser celebrada como uma contribuição importante do conjunto das ciências humanas para a continuidade dos empreendimentos do homem no mundo, por outro, lhe coloca a obrigação de examinar com todo cuidado e radicalidade seus compromissos éticos e políticos.

Num mundo cada vez mais complexo, denso, interligado, virtualizado e mutável, a realidade se torna fugidia, maleável, efêmera, saturada, construída com sutilezas e engenhosidades pouco dadas a apreensões imediatas e totalizadoras. Dessa forma, a psicologia, ademais como qualquer outro objeto desse mundo, se constitui como fios tênues que, junto a tantas outras fiações, vão tecendo a presença do homem no mundo, mediante entrelaçamentos diversos de suas relações com a natureza e daquelas que conectam os homens entre si.

É possível visualizar a capilaridade da psicologia no tecido social, tanto presença dos psicólogos no cenário urbano, mediante serviços oferecidos pela iniciativa privada ou pela assistência pública-estatal, nas mais diferentes especialidades como aquelas constituídas no campo da saúde, educação, trabalho, organizações, instituições, proteção e assistência social, infância, adolescência, velhice e tantas outras. Não é pouca a participação da psicologia na arquitetura e construção do homem e do seu mundo, sobretudo na fase de acabamento dessa obra que poderíamos

designar como “mundanidade”, a saber, a fase na qual o homem passa a *habitar* as espacialidades e temporalidades edificadas por ele mesmo. Evidentemente que o ato de *habitar* o mundo, aqui entendido no sentido bacheleriano desse termo, não ocorre numa *fase* propriamente dita, mas sim acompanha e faz parte do processo de construção do mundo, em todos seus momentos e passos.

Dentre várias possibilidades de caracterização do objeto da psicologia, poderíamos genericamente figurá-lo como aquele que se ocupa da *mundanidade*, das experiências do mundo pelo homem, das experiências humanas das temporalidades e espacialidades mundanas (assumindo que tempo e espaço sejam dimensões básicas da existência); mundanidade que também pode ser entendida como *subjetivação*, ou seja, como o processo de metabolização constante que o homem realiza em contato com a chamada natureza ou com seus pares no qual põe em ação desejos, afetos, sentimentos, percepções, pensamentos, linguagem, memórias, seus neurônios e todo seu corpo. Metabolização que, como tal, implica assimilar e devolver para o outro, modificado, aquilo que medeia a relação.

Por ter como objeto o processo de captação, elaboração e devolução daquilo que circula nas relações, a psicologia se torna bastante visada como ferramenta política, como instrumento de gestão da mundanidade, de gestão da experiência humana e dos modos de habitar o mundo, de existir, de dar sentido à vida e agir no mundo. Contudo, isso não significa que os conhecimentos e práticas da psicologia sejam inteiramente colocados a serviço de políticas de sujeição, dominação e controle, mesmo com a alta recursividade dos poderes instituídos, até porque uma das qualidades inalienáveis da humanidade é justamente essa de atribuir qualidades às coisas, de criar sentidos, de metabolizar, elaborar, singularizar, portanto, de conseguir refratar forças de controle e contenção e criar ou modificar direções pré-estabelecidas, emanadas de poderes hegemônicos.

O fundamental no exame da psicologia como parte dos saberes e tecnologias que operam na gestão da experiência humana e na administração do social é interrogar até que ponto tais saberes e práticas, sejam quais forem, estão potencializando e enriquecendo a vida, fortalecendo a subjetividade, expandindo e diversificando a experiência, fomentando a mundanidade ou, então, contribuindo para a produção da sobrevivência humana, da vida mínima, de baixa intensidade, saturada de objetos de consumo deglutíveis, porém não metabolizados ou processados, desprovida de qualificações, enfim, uma vida sem “açúcar e sem afeto”, completamente apática. Uma vida sem risco (CASTEL, 1987) ou, ainda, sem virulência, conforme descreve Zizek (2008, p.27) a condição de vida atual que, se não bastasse sua redução ao consumismo compulsivo, ainda se encontra restrita a produtos inócuos “desprovidos de suas propriedades malignas: café sem cafeína, creme de leite sem gordura, cerveja sem álcool” e assim por diante.

Sobre o artigo

Recebido: 22/04/2012

Aceito: 02/06/2012

Referências bibliográficas

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

AGAMBEN, G. **Homo Sacer – Poder soberano e vida nua I**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

_____. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e o testemunho (Homo Sacer III)**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

ARAÚJO, J. N. G.; CARRETEIRO, T. C. (orgs.). **Cenários sociais e abordagem clínica**. Belo Horizonte: Escuta, 2001.

BAREMBLITT, G. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1998.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal**. Brasília, DF, 1988.

CASTEL, R. **A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

CHOMSKY, N. **Sobre o estado e as corporações- entrevista com Noam Chomsky**. Disponível em: <<http://xatooo.blogspot.com/2005/06/sobre-o-estado-e-as-corporaes.html>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **Referência técnica para atuação do (a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS / Conselho Federal de Psicologia (CFP)**. Brasília, CFP, 2007.

DELEUZE, G. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. In: _____. **Conversações: 1972-1990**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226.

DEMO, P. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. São Paulo: Atores associados, 1995.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

_____. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GREINER, C.; AMORIM, C. **Leituras da Morte**. São Paulo: Annablume 2007.

MACHADO, M.N.M.; CASTRO, E. M.; ARAÚJO, J.N.G.; ROEDEL, S. (orgs.). **Psicossociologia. Análise Social e Intervenção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LIPOVETSKY, G. **A Era do Vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo**. Lisboa: Gallimard, 1989.

LISBOA, F. S.; BARBOSA, A. J G. Formação em Psicologia: um perfil dos cursos de graduação. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, vol. 29, nº 04, p. 718-737, 2009.

MACEDO, J. P.; DIMENSTEIN, M. Expansão e interiorização da Psicologia: reorganização dos saberes e poderes na atualidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, Vol. 31, nº 2, p. 296-314, 2011.

MARX, K. **O Capital (V. I, livro primeiro)**. São Paulo: Difiel, 1982.

MARX, K. & ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

MATTEO, V. Psicanálise e destinos da subjetividade na contemporaneidade. **Estados Gerais da Psicanálise: Segundo Encontro Mundial**, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://egp.dreamhosters.com/encontros/mundial_rj/download/4a_Matteo_92141003_port.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2012.

PEDROSA, M. A. L. Reflexões sobre Michael Balint: comunicando uma experiência de grupos. In: MELLO-FILHO, J.; BURD, M. (orgs.). **Psicossomática hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992, p. 152-159.

PELBART, P. P. Vida e morte em contexto de dominação biopolítica. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**. São Paulo: IEA, 2008. Disponível em: <www.iea.usp.br/textos>. Acesso em: 22 mar. 2002.

PEREIRA, F. M.; PEREIRA NETO, A. O psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização. **Psicologia em estudo**, Rio de Janeiro, vol.8, n.2, p. 19-27, 2003.

REICH, W. **A Revolução Sexual**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ROUDINESCO, E. **Por que a Psicanálise?** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SANTOS, L. G. Humano, pós-humano, transumano. In: NOVAES, A. (org.). **Mutações: ensaios sobre as novas configurações do mundo**. São Paulo: Agir/Sesc, 2008, p. 45-64.

SIBILIA, P. **O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

ZIZEK, S. **Bem-vindo ao deserto do real!** São Paulo: Editora Boitempo, 2008.